 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 034. Estudos etnográficos no mundo dos psicoativos

Edward John Baptista das Neves MacRae (Universidade Federal da Bahia) - Coordenador/a, Regina de Paula Medeiros (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais) - Coordenador/a Nos ?ltimos anos, o campo do estudo do uso de subst?ncias psicoativas, at? recentemente apan?gio quase exclusivo dos estudos em sa?de ou direito, vem tamb?m se desenvolvendo de forma muito r?pida na antropologia. A nova, mas n?o in?dita, aten??o dada aos seus aspectos culturais traz uma s?rie de implica?es te?ricas, metodol?gicas, pol?ticas e ?ticas. Destacam-se a? conflitos entre abordagens te?ricas baseadas no interacionismo simb?lico e as norteadas pela teoria ator-rede e as quest?es metodol?gicas relacionadas a uma maior ou menor participa??o nas pr?ticas pesquisadas e na milit?ncia de diferentes movimentos sociais. Surgem diversas indaga?es. Pode/ deve o pesquisador usar subst?ncias psicoativas em campo junto com seus interlocutores? Qual o lugar da autoetnografia? Tampouco podem ser deixadas de fora quest?es ?ticas relacionadas ao estudo de popula?es com pr?ticas il?citas ou socialmente estigmatizadas. Que prote??o se oferece aos sujeitos da pesquisa? E aos pesquisadores? Pensando nestas, prop?e-se um grupo de trabalho para refletir sobre instrumentos metodol?gicos- te?ricos- ?ticos que possibilitam a compreens?o dos contextos sociais onde pesquisadores investigam distintas pr?ticas de uso de psicoativos, sejam eles l?dicos, espirituais ou terap?uticos possam trazer ? discuss?o os v?rios dilemas encontrados em seus estudos.

Cultura cannábica, fluxo de pessoas e políticas nacionais de drogas: migração, residência e turismo cannábico de brasileiros em Montevidéu, Uruguai

Autoria: Filipe Augusto Couto Barbosa

Este work busca iluminar o fenômeno que tem intensificado o fluxo de brasileiros para o Uruguai desde a legalização da cannabis neste país, cujo marco é a Lei nº 19.172 de 10 de dezembro de 2013. Desde então, a regulamentação avançou com decretos dispondo sobre a lei trabalhista, o uso industrial e medicinal de cannabis, e com a criação de órgãos e agências reguladoras, despertando o interesse de pesquisadores das leis e políticas de drogas pelo mundo. Este fenômeno despertou também o interesse de brasileiros e, nos últimos 5 anos, esteve acompanhado de uma intensificação da residência e do turismo destes no Uruguai. Para compreender de forma abrangente tal fenômeno e identificar os perfis desses brasileiros, realizei uma pesquisa exploratória em diferentes níveis e meios: documental, com os textos legislativos sobre drogas nos dois países; bibliográfico, em diálogo com os pesquisadores dedicados ao tema; empírico, com work de campo realizado em Montevidéu, entre 1º e 10 de dezembro de 2017, e na internet, com foco nas mídias sociais de brasileiros e canais importantes para a cultura cannábica regional, observadas desde setembro de 2017. No campo, optei por realizar uma ?participação observante?, assumindo a condição de brasileiro, estranhando e me familiarizando com o dia a dia na cidade, visitando locais emblemáticos, como o Museo del Cannabis e as grow shops e head shops (lojas de artigos de cultivo e consumo de cannabis, e da cultura cannábica em geral), e indo à Expocannabis Uruguai 2017, evento mais importante da indústria cannábica no país; onde ocorreram: conversas informais, coleta de materiais (objetos, informativos [flyers, revistas, livros...], fotografias e vídeos) e entrevistas com 20 brasileiros. Esta pesquisa exploratória mostrou uma diversidade de relações entre brasileiros, cultura cannábica e o Uruguai: de ativistas de coletivos pró cultura cannábica (como a Marcha da Maconha no Brasil) àqueles que se mudaram para o Uruguai no intuito de montar negócios cannábicos ou simplesmente para desfrutar de morar em um lugar onde não mais sofreriam repressão, de turistas bem informados e frequentes (que cogitam se mudar para o país) a turistas desinformados (que não conhecem a política de drogas uruguaia, que não prevê a compra de cannabis por

 ISBN: 978-85-87942-61-6

estrangeiros não residentes). Estes brasileiros criam redes que vão do mercado negro (com cannabis ilegal) ao mercado cinza (a partir da comercialização ilegal de cannabis legal entre amigos e conhecidos, advinda de produção própria ou de clubes, ou de cota individual retirada em ponto de venda do governo), do ?presente de amigo? (de um uruguaio ou brasileiro residente) à ?residência?, que dá acesso ao direito de comprar ou produzir e os inclui na comunidade cannábica de brasileiros no Uruguai.

Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**